



REGIONAR
FORUM REGIONAL DE DIREITOS HUMANOS

AMÉRICA LATINA E CARIBE

Uma leitura compartilhada sobre o contexto
que enfrentamos em nossa região

Este documento sistematiza a reflexão e as contribuições sobre o contexto em que vivemos na América Latina e no Caribe iniciadas pelas organizações que compõem a RegionaR/Fórum Regional de Direitos Humanos em setembro de 2021; inclui uma atualização realizada em agosto de 2022 em preparação para a RegionaR/ Conferência Regional de Direitos Humanos 2022. Seu conteúdo foi complementado com a contribuição de 56 organizações que responderam a formulário compartilhado, e outros insumos para os trabalhos durante a Conferência. Reconhecemos e agradecemos enormemente às organizações participantes, pois nos permitiram incorporar e aprofundar elementos da análise realizada pela RegionaR.

Este documento foi escrito por Esteban Madrigal e revisado por Carmen Herrera, ambos do Instituto Internacional de Raça, Igualdade e Direitos Humanos. Para isso, utilizou-se o respectivo capítulo do Relatório de Diálogo e Conclusões do Comitê Gestor “Rumo a um Fórum Regional de Direitos Humanos 2022”, assim como as contribuições elaboradas por Julio César Colín Paredes, do Artigo 19 e a sistematização das contribuições das organizações participantes, realizada pelo Centro de Direitos Humanos Miguel Agustín Pro Juárez sob a coordenação de María Luisa Aguilar. O conteúdo final do documento foi aprovado pelo Comitê Gestor da RegionaR.

Novembro de 2022

AMÉRICA LATINA E CARIBE

Uma leitura compartilhada sobre o contexto que enfrentamos em nossa região

I. INTRODUÇÃO

A partir do RegionaR/Fórum Regional de Direitos Humanos, consideramos pertinente e fundamental para o trabalho que realizaremos durante o RegionaR/ Conferência Regional de Direitos Humanos 2022, contar com uma análise prévia do contexto que, como diagnóstico, nos permita identificar os principais desafios que nossa região enfrenta para a plena garantia dos direitos humanos.

Para que a Conferência tenha como foco a reflexão e a construção das estratégias, narrativas e caminhos de ação articulada durante o seu desenvolvimento, nosso objetivo é alcançar um amplo processo participativo, tanto daqueles que integram o RegionaR, bem como das organizações interessadas em participar da Conferência. Neste intuito, fizemos uma leitura do contexto em que realizamos o nosso trabalho na defesa dos direitos humanos na América Latina e no Caribe, que apresentamos a seguir.

Em primeiro lugar, faremos uma breve referência às características e elementos sociais, econômicos e políticos que identificamos como parte do contexto de direitos humanos regional. A seguir, listamos os principais desafios para o movimento de direitos humanos na América Latina e no Caribe e, com foco na garantia destes direitos, levantamos questões que nos permitam refletir sobre como avançar e construir estratégias mais eficientes e diversificadas.

II. O ESTADO DA REGIÃO: UM BREVE OLHAR SOBRE O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO E POLÍTICO EM QUE VIVEMOS

A. PATRIARCADO, RACISMO, COLONIALISMO, CAPITALISMO: OS QUATRO GRANDES PILARES DA DESIGUALDADE

Os Estados-nação da região estão alicerçados nos pilares do patriarcado, do racismo, do colonialismo e do capitalismo extrativista, além de organizações paralelas relacionadas aos seus interesses. Esse modelo de organização de poder resultou em sociedades profundamente desiguais que dificultam a participação, a inclusão e o acesso à direitos por amplos setores da população.

Em particular, esses pilares tiveram um impacto estrutural e sistêmico nos direitos territoriais dos povos indígenas e afrodescendentes e no acesso aos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais dessas

¹ Construimos esta análise em três momentos: a primeira foi realizada no Encontro em setembro de 2021, em que o Comitê Gestor tirou uma primeira fotografia do estado da região em um exercício de reflexão sobre as características sociais, econômicas e políticas, bem como os desafios em relação aos direitos humanos no continente. O segundo momento, foi em setembro de 2022, através de um exercício de atualização da primeira análise do contexto, realizada pelo Steering Committee. Assim, passados 2 anos e 11 meses da detecção do primeiro caso de COVID-19, esta atualização permitiu identificar um panorama com outros desafios para uma região profundamente afetada pela crise econômica decorrente da pandemia e pela dinâmica política internacional.

Por fim, o documento incorpora os resultados do processo de preparação da Conferência, na qual as entidades convidadas a participar da fase pré-conferência, foram solicitadas a rever o diagnóstico proposto pelo Steering Committee, à luz das prioridades e desafios que se vislumbram de cada organização e país. Durante este processo, foram recebidas respostas de 56 organizações participantes, que se referiram aos desafios identificados no diagnóstico e forneceram novos elementos para a análise e definição desse quadro regional que propomos abordar durante a nossa Conferência.

populações, como consequência das desigualdades e discriminações históricas a que foram expostas pelo modelo imposto.

B. DEMOCRACIAS REPRESENTATIVAS DISFUNCIONAIS

A democracia representativa como sistema político apresenta características de grave disfunção. Há uma crise de representação não só nos partidos, mas também nas organizações sociais, nos sindicatos, nos coletivos e nos movimentos sociais. Embora tenha havido um aumento da luta social na região, em poucos países essa luta foi canalizada de forma a permitir que ela influencie o sistema de poder. O autoritarismo e a reação repressiva fecham os espaços de participação da sociedade civil e não permitem que a efervescência social se converta em pressão e influência.

C. CAPTURA CORPORATIVA DO ESTADO

O modelo econômico e desenvolvimentista baseado no extrativismo e na subordinação ao capital transnacional tem levado a uma situação de captura do Estado pelas corporações, na qual o poder empresarial sobrepõe seus interesses sobre o bem comum e acaba sendo mais poderoso que o próprio Estado, como tem sido demonstrado em questões de defesa do meio ambiente e dos direitos territoriais dos povos indígenas. Esta realidade muitas vezes tem implicado na incapacidade do Estado de cumprir com suas obrigações, como a garantia dos direitos humanos, o que tem tornado mais complexo o exercício do papel e mandato de proteção por mecanismos internacionais.

D. ENFRAQUECIMENTO DO ESTADO DE DIREITO

Em sua maioria, os sistemas judiciários são fracos e deficientes, além de politizados e envolvidos diretamente na construção de respaldo jurídico para as violações de direitos humanos e, conseqüentemente, para a impunidade. Tal enfraquecimento do judiciário e de outros órgãos do sistema de justiça, tem impacto na proteção das pessoas que exercem funções de liderança e defendem os direitos humanos. Além disso, a corrupção em todos os níveis do governo é desenfreada e, em geral, o aparato institucional se encontra muito fraco em comparação com outros poderes (corporações, crime organizado, incluindo o narcotráfico, assim como organizações armadas não estatais).

Existem estruturas de poder alicerçadas no Estado que utilizam o quadro institucional para satisfazer os seus interesses. São estruturas ilegais com poder político, econômico e social que buscam perpetuar o status quo para garantir a impunidade e manter o sequestro das instituições democráticas; o predomínio de grupos privilegiados e o saque de recursos públicos, diante do aprofundamento da pobreza, da desigualdade e da exclusão.

E. GRUPOS ANTIDIREITOS: UM DESAFIO PARA O DISCURSO E A AÇÃO

Nesse contexto, grupos autocráticos, populistas e antidireitos tiveram importante ressurgimento e, em alguns casos, conseguiram chegar ao poder democraticamente, graças à eficácia de seus discursos e narrativas (construídas até mesmo a partir de conceitos e palavras como direito, liberdade, vida e dignidade) que permearam profundamente nas sociedades, com um uso muito eficiente dos meios digitais.

O processo eleitoral democrático e o grande apoio popular conferem legitimidade a esses grupos, o que por sua vez permite qualificar as violações dos direitos humanos sob a ótica da “mão pesada” como solução proposta por esses grupos para os problemas de insegurança na região. Isso motivou, inclusive, a vinculação dessas pessoas a grupos armados que usam violência direta contra defensores de direitos humanos e lideranças sociais.

Essas tendências autocráticas vêm de governos de todo o espectro político. Destaca-se também a força que os grupos de extrema direita têm na esfera digital e sua capacidade de mobilização ao estabelecerem o objetivo de gerar campanhas de descrédito e desinformação contra jornalistas, defensores dos direitos humanos e opositores políticos nas plataformas que apoiam.

O autoritarismo com o qual diferentes governos têm agido em relação a reivindicações de violência contra a imprensa, contra mulheres, grupos LGBTI+, pessoas racializadas e deficientes e a omissão em garantir os direitos humanos, tem sido um fator de aglutinação e fortalecimento desses grupos antidireitos. Nesse contexto, a defesa de um Estado laico também é fundamental. O discurso antidireitos é também capacitista, por isso tem impactado as pessoas com deficiência sob o “ideal de corpos produtivos” e a necessidade de reproduzir pessoas sem deficiência que possam contribuir para o sistema de consumo capitalista.

F. AGRAVAMENTO DE RISCOS E IMPACTOS NEGATIVOS PARA A POPULAÇÃO RURAL E INDÍGENAS

O modelo de desenvolvimento extrativista manifestado no avanço da agroindústria, da mineração, da indústria energética, do turismo predatório e das grandes obras de infraestrutura para o transporte industrial, impacta severamente comunidades e populações rurais, cuja única fonte de subsistência é o trabalho da terra e o uso dos recursos naturais, que encontraram na migração forçada a única forma de sobrevivência.

Especialmente grave é a afetação dos povos indígenas, que apesar de serem os que cuidam, há diversas gerações, dos recursos naturais, são os que enfrentam a violência e a discriminação racial, assim como a desapropriação permanente de seus territórios. Desso modo, são obrigados a dedicar enormes esforços e recursos à defesa de seus territórios, autonomia e sobrevivência. A resposta às suas reivindicações é a demora ou denegação de justiça, criminalização, ameaças, assassinato e deslocamento de seus representantes ou de comunidades inteiras. O Estado, por sua vez, tem demonstrado falta de capacidade e de vontade de lhes oferecer proteção e soluções substantivas, prevalecendo a impunidade dos responsáveis e o aumento das agressões.

G. VIOLÊNCIA DE GÊNERO E CONTRA PESSOAS LGBTI+

Embora existam avanços importantes no reconhecimento dos direitos das mulheres e pessoas LGBTI+, esses avanços não podem ser considerados homogêneos, pois ainda há países que mantêm legislações restritivas e até mesmo criminalizadoras que impactam os direitos das mulheres e pessoas LGBTI+.

A violência de gênero aumentou consideravelmente no contexto da pandemia e, os efeitos em termos de aumento da pobreza e acesso a direitos econômicos e sociais, se aprofundaram de forma diferenciada em relação às mulheres. No mesmo sentido, a violência contra pessoas LGBTI+ tem aumentado na região, sendo o denominador comum dessa violência o desejo de “punir” identidades, comportamentos ou corpos que diferem das normas sociais e papéis tradicionais de gênero, ou que sejam contrários aos sistema binário masculino/feminino. A violência contra esses grupos é acentuada em relação aos afrodescendentes, indígenas ou pessoas em situação de mobilidade internacional, pessoas com deficiência, entre outras populações em situação de vulnerabilidade.

Desse modo, aumentou-se o uso de terapias de reorientação sexual e de gênero, e identificaram-se retrocessos nas políticas de saúde sexual e reprodutiva para populações diferentes do grupo binário cisgênero.

H. MUDANÇAS CLIMÁTICAS E INJUSTIÇA CLIMÁTICA

A América Latina e o Caribe são uma das regiões mais afetadas pelas mudanças climáticas no mundo. As mudanças climáticas, assim como a pandemia, acentuam e agravam as desigualdades e geram toda uma série de problemas graves como deslocamento de pessoas, maior pobreza e desigualdade. Na região, há evidentes violações dos direitos das pessoas mais afetadas pelas mudanças climáticas.

I. MOBILIDADE HUMANA

A região enfrenta uma crise migratória gerada por múltiplos fatores, como a mudança climática, a violência, a desigualdade dentro e entre os países, que geram e/ou aprofundam as condições de empobrecimento dos grupos populacionais mais vulneráveis.

A precariedade econômica, a violência e o aumento do deslocamento interno e externo persistem em diferentes países. A maior parte das migrações externas ocorrem em direção aos Estados Unidos. A este respeito, o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas detectou um aumento de 4% na intenção de migrar na região em relação a 2021, registrando um total de 15% das pessoas entrevistadas que expressaram o seu desejo de deixar seus países por causa das difíceis condições de vida. Este número aumenta na região da América Central: 43% dos entrevistados relataram sua intenção de migrar.

Em razão do enfraquecimento da responsabilidade dos Estados como garantidores de direitos, e com o aumento das políticas migratórias restritivas e limitadas baseadas em critérios que tendem à securitização, novos grupos populacionais são forçados a migrar (famílias multinacionais, mulheres grávidas e lactantes, crianças e adolescentes desacompanhados, adultos idosos, pessoas LGBTQ+), enfrentando situações de maior vulnerabilidade devido à exacerbação da violência estrutural, do racismo, dos conflitos armados, da violência baseada em gênero, do tráfico de drogas, entre outras. A isto se somam os efeitos políticos e midiáticos que tornam estas crises migratórias e estes grupos populacionais invisíveis, especialmente os provenientes de países como o Haiti, Venezuela e América Central.

Os Estados são apresentados como violadores dos direitos humanos que incentivam a migração forçada, mas também Estados "receptores" como violadores dos direitos humanos que bloqueiam, dificultam, impedem, maltratam, atacam e violam outros direitos daqueles que migram de forma forçada. Há até mesmo Estados que, apesar das recomendações das organizações de direitos humanos, legalizaram e estabeleceram a apatridia como parte de sua política estatal, limitando a vida das pessoas afetadas.

J. TECNOLOGIA VIOLADORA DOS DIREITOS HUMANOS

Tem havido um aumento preocupante na aquisição pelos Estados da América Latina e Caribe de tecnologias com poder de vigilância como resposta a questões como segurança pública, controle de fronteiras, monitoramento de protestos sociais, acesso a serviços públicos e, recentemente, como forma de combater pandemias. Apesar do uso dessas tecnologias ser objeto de preocupação de vários mecanismos e organizações de direitos humanos, os Estados da região nem sempre respeitam essas diretrizes, gerando expectativas e riscos para os direitos humanos de indivíduos e coletivos.

As práticas de vigilância ilegal aumentaram com o crescimento da indústria de vigilância e a natureza invasiva e sofisticada das tecnologias adquiridas e utilizadas. Além disso, existem preocupações sobre o uso de dados pessoais em detrimento dos direitos humanos.

K. CRISE ECONÔMICA E JUSTIÇA FISCAL

A região está passando por uma grave crise econômica como resultado dos profundos e desiguais efeitos sociais e trabalhistas da pandemia, que estão intimamente ligados aos problemas estruturais de desigualdade, pobreza, informalidade e vulnerabilidade que historicamente têm afetado a região. De acordo com a CEPAL, as taxas de desemprego e os níveis de pobreza e pobreza extrema são mais altos do que aqueles observados antes da pandemia. A taxa de desemprego em 2021 chegaria a 11,8% para as mulheres e 8,1% para os homens. A taxa de pobreza extrema teria atingido 13,8% e a taxa de pobreza chegaria a 32,1%. Assim, em 2021, o número de pessoas em situação de extrema pobreza atingiu 86 milhões, enquanto o número total de pessoas em situação de pobreza atingiu 201 milhões. Os níveis estimados relativos e absolutos de pobreza e pobreza extrema permaneceram acima dos registrados em 2019, o que reflete a continuação da crise social e econômica.

Além disso, deve-se destacar os apelos do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas de como a pandemia, as mudanças climáticas e a crise financeira, alimentar e energética ligada à guerra na Ucrânia fizeram com que 9,7 milhões de pessoas precisassem de ajuda alimentar. A isto se somam os aumentos de preços das cestas básicas na região, que variam de 11% a 26,6%. A influência de grandes grupos econômicos nos círculos políticos faz com que políticas fiscais progressivas não sejam estabelecidas, o que leva a um aumento ainda maior das lacunas e desigualdades.

Com a crise, uma oportunidade histórica se abriu para repensar um novo caminho e um pacto social com a Justiça Fiscal para redistribuir riqueza e aumentar os recursos públicos investidos no bem-estar comum e avançar para sistemas de proteção social universais, abrangentes, sustentáveis e resilientes e fortalecê-los, concentrando-se nas necessidades específicas enfrentadas pelas pessoas ao longo do ciclo de vida e integrando a perspectiva interseccional e de igualdade de gênero que considera as particularidades para garantir o bem-estar das mulheres, da população LGBTQ+ e das pessoas com deficiência.

L. SEGURANÇA CIDADÃ: MILITARIZAÇÃO E VIOLÊNCIA POLICIAL RACISTA

Um ponto que é importante considerar é o crescimento da militarização nos países da região que haviam mantido suas forças militares fora das tarefas civis. Embora existam lacunas no nível de influência militar em cada estado e não seja um fenômeno recente, o poder militar aumentou sua influência em países da região, como o México.

A militarização resultou em um aumento da violência, particularmente em territórios indígenas, afrodescendentes e comunidades tradicionais, favorecendo o modelo de desenvolvimento extrativista e impactando nos direitos territoriais. Além disso, a violência militar e policial tem sido marcada pelo racismo estrutural e sistêmico, que afeta muito a população afrodescendente e os povos indígenas, e outros grupos que têm sido historicamente discriminados. Neste sentido, a persistência da violência policial racista como expressão de violência institucional na qual os agentes da lei reprimem, discriminam e usam força excessiva, com base em padrões históricos de criminalização e preconceito racial, é motivo de preocupação.

M. FECHAMENTO DO ESPAÇO CÍVICO E VIOLÊNCIA POLÍTICA

As liberdades de expressão, associação e reunião foram violadas pelos Estados para inibir vozes críticas,

e o uso da violência política tem aumentado contra vozes e corpos dissidentes. Muitos Estados da região adotaram uma legislação para regulamentação da criação, funcionamento e financiamento de organizações da sociedade civil, resultando em leis restritivas que têm impacto na liberdade de associação, impondo obstáculos legais e administrativos ao seu exercício através de monitoramento, fechamento arbitrário de organizações, vigilância e, nos piores casos, através da detenção, criminalização e assassinato de líderes sociais, defensores dos direitos humanos, comunicadores e jornalistas.

Além disso, o Estado implementou políticas e leis restritivas ao exercício da reunião pacífica, que impedem o direito das pessoas de se reunirem em espaços públicos para expressar seu descontentamento, e que permitem o governo reprimir violentamente o protesto social. A região também apresenta uma deterioração significativa no exercício da liberdade de expressão que afetou particularmente o exercício da defesa dos direitos humanos e do jornalismo crítico e independente, afetando desproporcionalmente o trabalho das pessoas que procuram influenciar questões sensíveis, responsabilizar os governos, expor a corrupção e a má administração das instituições públicas, e defender os direitos humanos. Tais são os casos da Nicarágua, El Salvador, Venezuela, Guatemala e Cuba.

Vale mencionar aqui a situação das estações de rádio comunitárias e projetos de comunicação - muitos deles localizados em regiões de difícil acesso - e suas ligações com as lutas das populações contra projetos extrativistas, de turismo, de geração de energia e de infraestrutura. Ali persiste o abuso de instituições de telecomunicações, empresas, funcionários públicos, funcionários públicos, crime organizado, forças de segurança civis e militares. Essas ações se tornaram novas estratégias estatais para reduzir o espaço cívico.

Da mesma forma, há uma tendência crescente para que os jornalistas deixem seus países de origem devido ao assédio por parte das autoridades e grupos criminosos. Estes exilados foram motivados pelo risco de prisões, acusações e assassinatos como resultado de seu trabalho jornalístico. Em países como o Brasil, a violência política tem afetado particularmente as populações afrodescendentes e as mulheres, consolidando uma tendência de crescimento exponencial da violência política de gênero e por motivos raciais.

N. MULTILATERALISMO

Diante de todos esses desafios comuns, a região falha em falar e agir em conjunto, como uma Região e não simplesmente como um conjunto de Estados. Foram tentados inúmeros processos de integração regional, mas as organizações que emergiram desses processos foram enfraquecidas ou deixaram de funcionar.

Novos projetos de integração são apresentados regularmente, muitos dos quais se concentram em uma integração econômica e não social, o que também contribui para o enfraquecimento dos mecanismos e órgãos existentes. O sistema de cooperação regional é fraco e fragmentado. A falta de multilateralismo real deixa a região mais vulnerável a situações que devem ser tratadas em nível multilateral (pandemias, mudanças climáticas, deslocamento forçado, entre outros).

O. MUDANÇAS POLÍTICAS

A recente onda de plataformas de governo progressivo na região, com a vitória de Gustavo Petro na Colômbia, Gabriel Boric no Chile, Xiomara Castro em Honduras e Lula da Silva no Brasil, oferece esperança e janelas de oportunidade para avançar as transformações urgentes exigidas pelos países e pela região. Entretanto, as pressões latentes decorrentes de compromissos assumidos por seus antecessores com empresas

extrativistas locais e transnacionais constituem obstáculos à transformação que se propõem realizar. Tal cenário apresenta desafios em termos da capacidade real dos governos progressistas e da correlação de forças suficiente para prevalecer sobre as corporações.

P.

A PANDEMIA DE COVID-19 AGRAVA UMA CRISE PRÉ-EXISTENTE E APONTA UM FUTURO INCERTO PARA AS NOVAS GERAÇÕES

Muito antes da pandemia da COVID-19, a América Latina e o Caribe vêm enfrentando uma grave crise, que se manifesta nos níveis social, econômico e político, bem como na progressiva deterioração da situação dos direitos humanos na região. A intensidade e a extensão da crise atual revelaram as dívidas de longa data da região em termos de igualdade e qualidade dos sistemas de saúde e educação.

A pandemia foi piorando e agravando esta crise, e foi utilizada por muitos governos da região para reforçar modelos autoritários e limitar ainda mais a liberdade de expressão e os direitos de participação de certos setores da população, tornando evidente o problema da conectividade dos territórios indígenas e das populações que vivem na periferia. Durante este período, houve um aumento das agressões e ataques contra jornalistas, defensores dos direitos humanos e representantes de movimentos sociais.

Quase três anos após a detecção do primeiro caso de COVID-19, estamos diante de uma situação em que a população enfrenta obstáculos para acessar informações sobre novas infecções, a disponibilidade de vacinas de reforço e vacinas para menores, a quantidade de recursos econômicos gastos em instituições de saúde, forças de segurança e na mídia desde o início da pandemia e até os dias de hoje. A passividade, especialmente em relação aos recursos mobilizados para responder à emergência, tem incentivado atos de corrupção e má administração de recursos para o benefício privado de funcionários, plataformas e partidos políticos.

Além disso, esta situação é agravada pelo risco de crianças, adolescentes e jovens se tornarem uma geração perdida. As novas gerações enfrentam maiores riscos de ficar para trás e abandonar a escola devido às grandes lacunas digitais e educacionais, desnutrição e desnutrição, e deterioração da saúde física e mental, bem como maior exposição à violência ou abuso no lar e a situações de pobreza e trabalho infantil como resultado do impacto sócio-econômico da pandemia. A CEPAL (2021) estima que haverá repercussões no aprendizado e nas taxas de atraso e abandono escolar, ampliando as lacunas já existentes nas trajetórias educacionais e de desenvolvimento das crianças, adolescentes e jovens da região, particularmente entre as populações que historicamente têm enfrentado situações de maior vulnerabilidade, tais como populações rurais, populações indígenas e afrodescendentes, migrantes, mulheres e pessoas com deficiência.

Finalmente, existe o risco de que os governos aproveitem a situação atual para estabelecer agendas de recuperação pós-pandêmicas em detrimento dos direitos humanos, buscando políticas de recuperação econômica baseadas na precariedade do trabalho e na geração de emprego a todo custo, afetando os direitos das pessoas em maiores condições de vulnerabilidade.

III. O CONTEXTO ATUAL IMPÕE ENORMES DESAFIOS PARA A GARANTIA E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS NA REGIÃO

Com base nos temas indicados neste diagnóstico, identificamos os seguintes desafios para o movimento de direitos humanos que, a fim de promover um espaço de análise dos fatores comuns que ameaçam e afetam os direitos humanos em nossa região, construa propostas para sua abordagem articulada a partir das diferentes experiências bem-sucedidas de resistência, resiliência e novas perspectivas. Assim, formulamos as seguintes perguntas:

A. Como construir narrativas que busquem superar esses desafios e que também sejam inclusivas?

- * Como avançar na ampliação do espaço cívico e na consolidação de alianças estratégicas, a partir da pluralidade e diversidade de abordagens e discursos?
- * Como construir espaços de co-produção narrativa para abordar as questões levantadas?
- * Como podemos construir narrativas que nos aproximem da população em geral, para além do movimento de direitos humanos?
- * Como contrariar o discurso anti-direitos, a partir de uma narrativa mais assertiva e inclusiva que aponte para o apoio da maioria da população?
- * Como comunicamos ao resto da sociedade o que fazemos, de forma mais assertiva e estratégica?

B. Que janelas de oportunidade identificamos para o movimento de direitos humanos diante dos contextos adversos e restritivos descritos no documento de análise?

- * Como podemos aproveitar o uso de novas tecnologias para fortalecer o movimento de direitos humanos?
- * Como fortalecer redes de trabalho entre organizações locais e internacionais?
- * Como podemos repensar o alcance dos direitos humanos e as ferramentas de educação para alcançar o maior número de pessoas?
- * De quais ferramentas precisamos para abordar os objetivos dos ODS das organizações da sociedade civil, assim como para enfrentar as mudanças climáticas?
- * Como aproximar o movimento de direitos humanos de governos progressistas para gerar alianças estratégicas a partir da diversidade?

C. Que práticas e conquistas da sociedade civil identificamos, e sobre as quais devemos continuar a construir?

- * Como continuar construindo dados e observatórios para garantir os mais diversos direitos humanos?
- * Como podemos usar os dados gerados de forma mais eficaz para comunicar e atingir o maior número de pessoas?
- * Como reforçar a capacidade de resposta da sociedade civil frente aos contextos adversos e ao fechamento do espaço cívico e democrático?
- * Que experiências de diálogo entre organizações locais, nacionais e internacionais têm servido para fortalecer o movimento?
- * Como gerar espaços de troca de experiências positivas e negativas para fortalecer o trabalho das organizações?
- * Que práticas de abordagem de movimentos anti-direitos funcionaram? Como comunicar e dialogar com estas práticas?
- * Como o RegionaR/Fórum Regional de Direitos Humanos pode contribuir para a promoção dessas práticas?

D. Como você acha que podemos conseguir uma articulação efetiva entre os diferentes movimentos de direitos humanos na região?

- * Como construir um diálogo que se enriqueça a partir da diferença e da interseccionalidade?
- * Como podemos usar novas tecnologias e plataformas para uma articulação mais eficaz?
- * Como se conhecer melhor para construir uma agenda mais participativa e representativa dos diferentes movimentos?

- * Como fazer um planejamento estratégico para a implementação de uma agenda conjunta que assegure um impacto regional?
- * Como podemos definir prioridades que levem em conta a diversidade do movimento?

E. O que é necessário para dar sustentabilidade e continuidade ao trabalho de direitos humanos em nossa região?

- * Como conseguimos dar mais financiamento e sustentabilidade ao movimento de direitos humanos?
- * Como conseguimos construir uma agenda mais participativa e inclusiva entre o movimento de direitos humanos e a cooperação internacional?
- * Devemos construir espaços para compartilhar estratégias de sustentabilidade? Como devem ser esses espaços?
- * Como podemos fortalecer a capacidade organizacional e institucional entre as organizações locais-internacionais?
- * Como gerar espaços para o fortalecimento de pessoal dedicado à defesa dos direitos humanos?
- * Como incluir nestes espaços, os jovens e as novas gerações que permitem a continuidade do trabalho, assim como as populações com quem trabalhamos?
- * Como pensar em uma mudança geracional que fortaleça o movimento?

Escaneie este QR Code e baixe o anexo deste texto que contém as informações sistematizadas do formulário pré-conferência.





REGIONAR

FORUM REGIONAL DE DIREITOS HUMANOS